



Câmara de Portimão é uma das câmaras que ultrapassou o limite de dívida

DR

## Autarquias. 30 câmaras ultrapassaram limite de endividamento

Seis câmaras ultrapassaram em o dobro o limite de dívida estipulado pela lei de equilíbrio financeiro, diz o Anuário Financeiro dos Municípios

ANA PETRONILHO  
ana.petronilho@ionline.pt

A saúde financeira dos municípios está a melhorar. Cada vez mais a dívida das autarquias está a encolher, recorrem menos a empréstimos e são cada vez mais as câmaras que pagam mais rápido aos fornecedores.

Mas nem tudo são boas notícias. Há ainda 30 municípios que desde 2013 ultrapassam o limite de endividamento fixado na lei, sendo que seis autarquias, nos últimos três anos, apresentaram uma dívida total três vezes superior à média da receita conseguida. É o caso de Fornos de Algodres, Cartaxo, Vila Real de Santo António, Nazaré, Vila Fran-

ca do Campo e Portimão que deveriam ter "aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal", diz o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses ontem divulgado. Isto porque estas seis autarquias ultrapassaram em o dobro do limite estabelecido na lei de equilíbrio financeiro que define que a cada 31 de dezembro a dívida total de cada autarquia não pode ultrapassar o valor correspondente a 1,5 vezes a média de receita cobrada nos últimos três anos.

O documento salienta ainda que em dezembro de 2017 eram 60 os municípios que apresentavam "sinais de alerta precoce" porque "apresentavam um valor de dívida total, igual ou supe-

rior" ao limite fixado na lei de equilíbrio financeiro.

**DÍVIDA CAI 426 MILHÕES DE EUROS** Mas, em traços gerais, nos últimos sete anos a dívida das autarquias tem vindo a cair sucessivamente. E entre 2016 e 2017 reduziu em 426 milhões de euros (menos 8,3%), situando-se em 4697 milhões de euros, de acordo com os dados divulgados no documento da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Uma recuperação que foi conseguida através do aumento das receitas de impostos, sobretudo Imposto Municipal sobre Transações (IMT).

No ano passado, o volume de receitas cobradas deste impos-

to "apresentou o extraordinário aumento de 30,2% traduzido num acréscimo líquido deste imposto de 198 milhões de euros". E "para a maioria dos municípios esta fonte de receita tornou-se mais relevante, nomeadamente para os municípios de grande dimensão, ao representar, em média, 33,9% do montante de impostos diretos cobrados", lê-se no relatório.

Também a receita cobrada pelo Imposto Único de Circulação (IUC) cresceu em 6,5% traduzindo um aumento de 16 milhões de euros e o encaixe com a Derama aumentou em 48,9 milhões de euros, mais 17,8%.

**Dívida total das 308 autarquias caiu em 426 milhões de euros no ano passado**

**Aumento das verbas cobradas através do IMT contribuíram para redução da dívida**

Com este aumento de receita os municípios conseguiram reduzir a dívida a fornecedores, sendo que, no ano passado, apenas 38 autarquias pagavam a mais de 90 dias. Uma melhoria significativa em relação a anos anteriores" refere Pedro Camões, um dos autores do relatório.

**RECEITA COM IMI VOLTA A CAIR**

Tal como em 2016, no ano passado a receita com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) voltou a cair 2,1%, havendo 134 autarquias que conseguiram menos verbas através deste imposto. É o caso de Loulé, que no ano passado conseguiu menos sete milhões de euros, Albufeira com menos quatro milhões de euros, o Porto com menos 3,9 milhões de euros, Sintra com menos 2,6 milhões de euros ou Aveiro com menos 1,8 milhões de euros.

No reverso houve 35 autarquias que conseguiram mais receitas através do IMI. Destaca-se, sem surpresas, Lisboa com mais 3,8 milhões de euros traduzindo um aumento de 3,3% de verbas para os sofres da autarquia. Mas há ainda outros quatro municípios que conseguiram arrecadar entre 500 mil a um milhão de euros face a 2016: Vila Nova de Famalicão, Grândola, Braga e Sesimbra.